



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO

**ATA DE REUNIÃO**  
**- ATR -**

Projeto:	<b>Processo Judicial Eletrônico – PJe-TJMA</b>
Data:	<b>08.05.2015 das 14h às 15h55min</b>
Participantes:	<ul style="list-style-type: none"><li>✓ <b>Desembargador Paulo Sérgio Velten Pereira</b> – Membro da Comissão de Informática;</li><li>✓ <b>Juiz Mário Márcio de Almeida Sousa</b> - CGJ;</li><li>✓ <b>Juiz Roberto Abreu Soares</b> – Juiz de Entrância Final e Auxiliar da Presidência TJMA;</li><li>✓ <b>Diretor Jorge Henrique da Silva Oliveira</b> – Diretor de Informática e Automação do TJMA;</li><li>✓ <b>Assessor de Informática Paulo Rocha Neto</b> – Assessor-Chefe de Informática da Corregedoria-Geral de Justiça;</li><li>✓ <b>Assessor Antony Luso</b> – Assessor de Gabinete de Desembargador TJMA;</li><li>✓ <b>Coordenador Danielle Mesquita</b> – Coordenador de Sistemas de Informação do TJMA;</li><li>✓ <b>Chefe de Divisão Aline Lopes da Silva</b> – TJMA-DIA);</li><li>✓ <b>Elizimar Holanda</b> - Equipe PJE.</li><li>✓ <b>Juiz Ferdinando Marco Gomes Serejo Sousa</b> - Juiz de Entrância Intermediária;</li><li>✓ <b>Juiz Frederico Feitosa de Oliveira</b> - Juiz de Direito de Entrância Inicial;</li><li>✓ <b>José Guilherme Cravalho Zagallo</b> – Conselheiro Federa - OAB;</li><li>✓ <b>Denyse Reis Batista</b> - Diretora Judiciária do TJMA;</li><li>✓ - Procuradoria Geral do Estado;</li><li>✓ <b>Demerval Alves Moreno Neto</b>- (Representante) Procuradoria Geral do Município de São Luís;</li><li>✓ <b>Antonio Peterson Lear</b> - Defensoria Pública do Estado do Maranhão;</li><li>✓ <b>Fabiola Fernandes</b> Ministério Público Estadual.</li></ul>
Objetivo:	<b>Apresentação do Plano de Expansão para a Implantação do PJE – 2015</b>

Assuntos tratados:

1. O Desembargador Paulo Velten fez a abertura da reunião informando aos presentes que o objetivo da mesma é colocar o Comitê Estadual a par do programa de expansão da implantação do PJE para o exercício de 2015 no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.
2. Disse que a idéia inicial é que a reunião do Comitê Estadual seja mensal, ocorrendo todas as segundas ou sextas-feiras e, se houve necessidade, de aumentar a frequência será compatibilizado posteriormente.



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO

3. Posteriormente, passou a palavra ao Juiz Roberto Abreu, que apresentou uma contextualização do estado atual do PJE, o objetivo do Plano, a metodologia, as metas propostas, os municípios e as unidades onde o PJE deverá ser implantado no decurso de 2015, bem como, o cronograma previsto de treinamento e de implantação.
4. O representante da OAB colocou que talvez fosse mais produtivo pensar nos gargalos atuais antes de expandir a implantação, visto que segundo foi percebido, o processo físico pareceu mais performático que o eletrônico. O Juiz Roberto disse que acredita que isso foi ocasionado em razão dos juízes continuarem utilizando os dois sistemas, PROJUD e PJE. Disse que na próxima reunião serão apresentados dados que permitam a visualização dessa ocorrência e que o direcionamento do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão é a expansão da implantação do PJE.
5. O representante da OAB perguntou qual versão está em execução foi respondida que a atual é 1.6.5.21, mas, em vias de ser implantada a 1.7.1.
6. O representante da Defensoria questionou quanto ao fato do PJE obrigar o uso de CPF e na Defensoria muitos autores da ação não terem CPF e a ação normalmente ter como objetivo obter esse documento. O Juiz Roberto Abreu respondeu que somente para o sujeito passivo não é obrigatório a entrada de ação com CPF, nos casos do sujeito ser a parte ativa da ação, a saída será a ação ser protocolada no próprio ambiente do Tribunal, pois o servidor do TJ pode fazer essa inserção sem CPF, mas alertou que é algo que não pode ser aberto de maneira geral e também não deve ser flexibilizado somente para a Defensoria.
7. O desembargador Paulo Velten sugeriu que a defensoria faça um levantamento da quantidade de eventos dessa natureza.
8. Perguntado sobre a posição do CNJ quanto o assunto, o Juiz Roberto disse que a posição do CJN é garantir a integridade do cadastro com CPF.
9. O representante do Ministério Público perguntou se paralelamente ao treinamento do TJMA será possível qualificar pessoas dos entes externos, o Juiz Roberto Abreu respondeu que a idéia é treinar multiplicadores.
10. Foi perguntado se há uma previsão orçamentária para despesas como token. O Diretor Jorge respondeu que sim.
11. O Dr. Marco Antonio da OAB disse que a grande vítima na experiência da implantação do PJE na Justiça do Trabalho em 2013 foi não permitir que no primeiro momento os dois sistemas (físico e eletrônico) pudessem conviver. Que em alguns casos, há um grande problema para obtenção do Token para todos os advogados. Então, a pergunta foi se existe essa possibilidade de, pelo menos no início, conviver com os dois sistemas. O Juiz Roberto disse que não tem conhecimento de algum Tribunal ter iniciado com essa estratégia e que ele a considera de difícil administração, que vai causar um problema sério para o Tribunal e que o próprio planejamento com um número menor de unidades já facilita a implantação.
12. A Sugestão do Juiz Roberto foi inverter a implantação e implantar em primeiro lugar os municípios menores como Timon, por exemplo, e deixar os maiores para



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO

o final.

13. A representante do Ministério Público agradeceu o treinamento recebido do PJE e complementou que o MP também está com problema na aquisição de tokens e na certificação, sugeriu reduzir as classes para a implantação.
14. O Assessor Paulo Rocha disse que colocar em paralelo (físico e eletrônico) poderá causar inconsistências, como possibilidade de aberturas de processo físico e eletrônico ao mesmo tempo.
15. O Dr. Zagallo questionou como vai ficar a certificação de indisponibilidade? A Aline respondeu que está sendo feito em tabela e sendo disponibilizado no site do Tribunal. Foi complementado que futuramente será gerado via sistema.
16. Dr. Zagallo perguntou se para este volume de processos esperado, a infraestrutura do Tribunal está preparada para essa demanda. Se está se pensando em fazer uma sala de audiência como há na Justiça do Trabalho.
17. O Diretor Jorge respondeu que para o Datacenter o TJMA adquiriu banco de dados, storage, atualmente estão com 50% a 40% de disponibilidade. Com relação a link a grande maioria tem de 2 megas e os inferiores serão expandidos, já está com o uso em torno de 70% , mas, já está sendo renovado contrato com a OI para a expansão. O link de Imperatriz hoje é de 4 megas.
18. O Dr. Willington questionou quanto a adequação de salas para a OAB. O Diretor Jorge Henrique disse que o TJMA tem a opção de usar os equipamentos do CJN. Disse ainda, que desde a gestão anterior há um processo licitatório para aquisição que se estendeu até agosto do ano passado e não conseguiu ser finalizado. Mas, já disparou um novo processo licitatório que até a implantação deverá ser finalizado.
19. Com relação a certificado digital disse que o TJMA tem um saldo de 380 tokens e que são suficientes para as primeiras implantações e já estão em processo de adesão de ata para novas aquisições.
20. O Juiz Roberto Abreu respondeu que o TJMA já disponibiliza sala de apoio no fórum, que são a sala do PJE e a sala de inclusão digital.
21. Foi acordado que a implantação será iniciada pela Comarca de São Luis e deverá se iniciar em 17.08.2015.
22. Ao final da apresentação o Desembargador Paulo Velten perguntou se o planejamento estava aprovado. , não havendo contras, o planejamento foi considerado aprovado.
23. Ao final da reunião, foi registrado que o Comitê voltará a se reunir na segunda sexta-feira de junho (12.06.2015) no mesmo horário.
24. A reunião foi encerrada.

Ações e Responsabilidade:

Item	Tarefa	Responsável	Data inicial	Data final	Status*
------	--------	-------------	--------------	------------	---------

